

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ANÁLISE DE PROCESSO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA DEVIDO A ABUSO SEXUAL DE CRIANÇA

ODS (3, 4 e 16)

Introdução

A Liga Acadêmica da Justiça foi criada com o objetivo de os alunos do direito acompanharem as vítimas que sofrem violência sexual e são atendidas pelo Grupo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (GAVVIS), Projeto de Extensão da Universidade de Taubaté. Após as vítimas serem atendidas pelo GAVVIS, e necessitando de ingresso no Poder Judiciário os alunos da Liga Acadêmica da Justiça acompanham o inquérito policial e processo instaurado quer na área criminal quer na área da família.

As vítimas encaminhadas pelo GAVVIS são atendidas pelo professor e alunos dos 7º, 8º, 9º e 10º semestres do Curso de Direito da Universidade de Taubaté através do Escritório de Assistência Jurídica.

Os alunos da Liga Acadêmica da Justiça, desde que mantém o sigilo, são orientados a acompanharem os processos para entenderem na prática como são elaboradas as petições com base em fatos reais.

Uma das vítimas atendidas no GAVVIS apresentou dores na região genital enquanto estava com visita na residência do genitor.

Foi protocolada Ação de Mudança de Guarda em face da genitora que detinha a guarda da filha na Vara da Família e Sucessões da Comarca de Taubaté.

A experiência da aluna foi ter o primeiro contato com o processo judicial analisando todo o procedimento e os fatos narrados pelo genitor da vítima.

O presente trabalho tem como objetivo expor a experiência da importância de contato prático com petições judiciais frente a problemas reais.

Relato de Experiência

O primeiro contato com o processo foi muito interessante, pois, possibilitou entender na prática como os conhecimentos teóricos adquiridos na sala de aula são aplicados.

Analisando o processo foi verificado, a pedido do genitor da criança, o ajuizamento da ação de modificação de guarda, apesar da guarda já ter sido concedida como na modalidade compartilhada. A criança permanecia durante a semana com a mãe e o fim de semana com o pai (de sexta-feira à noite ao domingo). Na noite de sexta-feira, o genitor foi buscar a filha na residência da genitora. O caso trata de uma criança que apresentou dor provinha da região íntima, apresentando sangramento vaginal. A criança foi encaminhada para o hospital, onde foi submetida a exame clínico. Como tratava de agravo envolvendo menor de idade, o Conselho Tutelar foi acionado. Por fim, o genitor dirigiu-se à Delegacia de Polícia e registrou um Boletim de Ocorrência. Diante da gravidade dos fatos, o Conselho Tutelar concedeu a guarda provisória ao genitor.

Com base nesse fato foi requerida a concessão da tutela de urgência, com o objetivo do genitor permanecer com a guarda da filha. No mesmo dia em que foi proposta a ação de mudança de guarda o Ministério Público manifestou-se favoravelmente à concessão da tutela de urgência. Foi aqui que a experiência ficou marcante em entender o papel do Ministério Público que tem a obrigação de atuar nos processos onde trata de criança e adolescente.

Com a manifestação do Ministério Público o juiz decidiu provisoriamente a guarda da menor ao genitor. A genitora constituiu advogado e apresentou defesa no sentido de reverter a decisão do juiz alegando que nada tinha ocorrido com a filha menor.

Em apenas um caso de atendimento médico foi possível perceber o envolvimento de vários profissionais como médico, enfermeiro, Serviço Social, Conselho Tutelar, advogado, Promotor de Justiça e Juiz.

Método

A análise do processo possibilitou uma experiência acadêmica enriquecedora, permitindo acompanhar de perto o Direito e sua relevância na vida dos cidadãos. O acompanhamento processual nos proporcionou observar como os órgãos públicos atuam em harmonia, a importância de cada um no trâmite judicial e como esse conjunto pode transformar vidas.

A vivência evidenciou, ainda, o trabalho do Ministério Público e do Conselho Tutelar, permitindo compreender de forma prática a relevância do papel desempenhado por cada instituição. O processo estudado também nos mostrou a importância da celeridade processual. A petição inicial foi protocolada em um dia e, no dia seguinte, já houve uma decisão judicial favorável à mudança da guarda. O juiz destacou que sua decisão foi tomada em prol da proteção e segurança da criança. A agilidade dos órgãos públicos garantiu segurança e qualidade de vida para a criança, evidenciando, assim, a importância da tutela jurisdicional para a proteção dos menores de idade. Também foi possível analisar a importância do profissional da advocacia, percebendo como a defesa de um direito impacta diretamente na vida das pessoas. A advocacia se revela, assim, como uma profissão de coragem e justiça. O advogado do processo se dirigiu até o Ministério Público para conversar diretamente com o Promotor de Justiça, visando assegurar o direito da vítima. Também se dirigiu ao fórum com o intuito de obter a tutela da forma mais ágil possível. Deste modo, foi possível analisar que o papel do advogado vai além do que está previsto na lei ou no Estatuto da OAB. O advogado utiliza todos os recursos previstos — e, muitas vezes, não previstos — para resguardar vidas. A dedicação do advogado é essencial para a celeridade do processo; a preocupação e o zelo com as vidas que estão sendo tuteladas pela Justiça são de extrema importância. O altruísmo observado no processo é enriquecedor, tanto para a vida profissional quanto para a formação da qualidade humana. Essa experiência também nos ensinou a olhar o processo com sensibilidade e humanidade. Não se trata apenas de um procedimento judicial ou de uma análise acadêmica realizada pela Liga, mas de uma vida prestes a ser

profundamente modificada pelo Direito. Assim, aprendemos a enxergar a necessidade de uma atuação humanizada, sempre com o objetivo de proteger a dignidade da vítima.

Considerações finais

A análise do processo possibilitou uma experiência acadêmica enriquecedora, permitindo acompanhar de perto o Direito e sua relevância na vida dos cidadãos. O acompanhamento processual nos proporcionou observar como os órgãos públicos atuam em harmonia, a importância de cada um no trâmite judicial e como esse conjunto pode transformar vidas.

A vivência evidenciou, ainda, o trabalho do Ministério Público e do Conselho Tutelar, permitindo compreender de forma prática a relevância do papel desempenhado por cada instituição. Também foi possível analisar a importância do profissional da advocacia, percebendo como a defesa de um direito impacta diretamente na vida das pessoas. A advocacia se revela, assim, como uma profissão de coragem e justiça.

Essa experiência também nos ensinou a olhar o processo com sensibilidade e humanidade. Não se trata apenas de um procedimento judicial ou de uma análise acadêmica realizada pela Liga, mas de uma vida prestes a ser profundamente modificada pelo Direito. Assim, aprendemos a enxergar a necessidade de uma atuação humanizada, sempre com o objetivo de proteger a dignidade da vítima.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 27 set. 2025.

XIV CICTED

CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO